

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Karla Kananda Cordeiro da Cruz

Oportunidades e desafios da relação Brasil-China no setor energético 2003-  
2014

DOURADOS – MS

04/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Karla Kananda Cordeiro da Cruz

Oportunidades e desafios da relação Brasil-China no setor energético 2003-  
2014

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Tomaz Espósito Neto.

DOURADOS – MS

04/2016



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao sétimo dia do mês de abril de 2016, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **KARLA KANANDA CORDEIRO DA CRUZ**, tendo como título **A RELAÇÃO BRASIL- CHINA NO SETOR ENERGÉTICO 2003-2014**.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Tomaz Espósito Neto (orientador), Dra. Adriana Kirchoff de Brum (examinadora) e Dr. Márcio Augusto Scherma (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADA.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

  
**Dr. Tomaz Espósito Neto**  
Orientador

  
**Dra. Adriana Kirchoff de Brum**  
Examinador

  
**Dr. Márcio Augusto Scherma**  
Examinador



Dourados, 07 de abril de 2016.

### Declaração

**DECLARO**, para os devidos fins, que ao sétimo dia do mês de abril de 2016, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **KARLA KANANDA CORDEIRO DA CRUZ**, tendo como título A RELAÇÃO BRASIL- CHINA NO SETOR ENERGÉTICO 2003-2014.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Tomaz Espósito Neto (orientador), Dra. Adriana Kirchoff de Brum (examinadora) e Dr. Márcio Augusto Scherma (examinador).

**Matheus de Carvalho Hernandez**

Coordenador do curso de Relações Internacionais  
FADIR/UFGD

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

C955o Cruz, Karla Kananda Cordeiro da.  
Oportunidades e desafios da relação Brasil-China no setor energético 2003-2014. / Karla Kananda Cordeiro da Cruz. – Dourados, MS : UFGD, 2016.  
27f.

Orientador: Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Petróleo. 2. Pré-Sal. 3. Relação Brasil-China. I. Título.

CDD – 327

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**

## **OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA NO SETOR ENERGÉTICO 2003-2014**

### **OPPORTUNITIES AND CHALLENGES OF BRAZIL -CHINA RELATIONSHIP IN ENERGY SECTOR 2003-2014**

KARLA KANANDA C. DA CRUZ (UFGD)<sup>1</sup>  
karla\_kananda@hotmail.com

#### **Resumo**

O presente artigo tem como propósito analisar o desenvolvimento da relação Brasil-China no setor energético, em especial na área petrolífera entre 2003 e 2014. Para tanto é feita uma análise das ações e políticas externas dos governos Lula e Dilma.

**Palavras-Chave:** Petróleo; Pré-Sal; Relação Brasil-China.

#### **Abstract**

This article aims to analyze the development of the Brazil-China relationship in the energy sector, especially in the oil sector between 2003 and 2014. Therefore, an analysis of the actions and foreign policies of Lula and Dilma governments.

**Keywords:** Oil; Pre -salt; Sino- Brazil-China relationship.

#### **Introdução**

O Brasil, nas últimas duas décadas desenvolveu-se rapidamente na tecnologia de exploração e de produção de petróleo em águas profundas, o que permitiu que o país se tornasse autossuficiente na produção de petróleo.

Entre 2003-2014, a política externa brasileira iniciou um processo de aproximação com os países do “eixo Sul”, como África do Sul, Índia e China. A relação bilateral sino-brasileira foi intensificada, no âmbito da Cooperação Sul-

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal da Grande Dourados, pesquisadora bolsista PIBIC-AF. Orientador Tomaz Espósito Neto (TomazNeto@ufgd.edu.br)

Sul, a partir da aproximação entre o Brasil e os países em desenvolvimento, com o objetivo de rever os conceitos que os caracterizam e os problemas comuns: política externa e interna fracas e um alto nível de vulnerabilidade (LEITE, 2011).

Durante esse período, o Brasil e a China desenvolveram uma relação estratégica, com ampliação da cooperação bilateral, cuja raiz se encontra na administração de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). No entanto, as relações se adensaram efetivamente no governo Lula durante seus dois mandatos (2003-2010). E com menor intensidade na diplomacia de Dilma Rousseff (2011-2014)(CORNETET, 2014).

A China se tornou um “novo” grande investidor para o mercado brasileiro nos últimos anos, principalmente com o fornecimento de crédito. Deu um novo perfil na relação bilateral, aumentou a capacidade de inovação tecnológica e intensificou o domínio da área energética (BECARD; MACEDO, 2014).

O interesse brasileiro na relação está exatamente nesses investimentos chineses. Já o interesse chinês é devido sua falta de conhecimento e tecnologia na área de produção e exploração petrolífera, além das disputas políticas na região que limitam as ações chinesas na exploração de petróleo encontrado na região do Mar do Sul da China (LEITE, 2011).

Nesse sentido, o Brasil e a China têm a possibilidade de cooperar no setor energético já que o Brasil possui o conhecimento e domínio da técnica e a China possui capitais para grandes investimentos. Portanto, a relação sino-brasileira, no setor petrolífero, se sustenta na troca de recursos financeiros chineses pelo conhecimento brasileiro na exploração de petróleo em alto mar.

Diante disso, o artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da relação Brasil-China no setor petrolífero nos governos Lula até a primeira gestão do governo Dilma e quais foram as oportunidades e desafios encontrados no setor petrolífero. Parte-se da hipótese de que a parceria estratégica sino-brasileira teve os resultados positivos no setor de energia para ambas as partes, como a cooperação científica e tecnológica no processo de exploração e transformação de energias e também de serviços de assessoramento em todos os setores energéticos (BRASIL, 2014). Mas também alguns desafios, principalmente para o Brasil, como a instalação de estatais chinesas no Pré-Sal (NOGUEIRA, 2013), problemas logísticos,

questionamentos sobre o processo de desindustrialização nacional, entre outros.

Nesta pesquisa optou-se, pelo método histórico-descritivo. O artigo se baseou na análise de bibliografias selecionadas e de fontes primárias (documentos, discursos, entre outros) disponíveis em *sites* oficiais brasileiros, como Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio (MDIC), Ministério de Relações Exteriores (MRE), Ministério de Minas e Energia (MME), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP), entre outros.

O marco teórico utilizado para o desenvolvimento do trabalho foi o artigo “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”, de Robert D. Putnam (2010), no qual o autor aborda a interação entre política doméstica e política internacional, desenvolvendo mecanismos para que um “jogo” de negociações entre o nível doméstico (denominado nível II) e o nível internacional (denominado nível I) possa ocorrer.

Utilizou-se, também, os princípios do Neo-institucionalismo, também conhecido como globalismo, da década de 80. Nesta teoria o poder deixa de ser o maior interesse na ação do Estado, a decisão sobre uma ação passa ser calculada sobre o custo de realizá-la ou não, o que leva os atores a cooperar. Como resultado, a cooperação é o meio que os atores encontraram de solucionar os problemas internacionais (RACY; ONUKI, 2002).

No Neo-institucionalismo a cooperação entre os Estados se dá forma contínua e, portanto, envolve estratégias de reciprocidade e o ajustamento mútuo do comportamento dos dois jogadores no sentido da cooperação. O modelo dos “jogos de dois níveis” busca analisar, simultaneamente, o jogo doméstico e o jogo internacional da barganha entre os Estados (MELLO, 1997).

Segundo, Putnam (2010), o negociador-chefe é o elemento de conexão entre o nível I e o nível II, age como um representante dos grupos domésticos nas negociações internacionais. As motivações do negociador chefe são: fortalecer sua posição no jogo do nível II; mudar o equilíbrio de poder no nível II em favor de políticas domésticas; perseguir sua própria concepção do interesse nacional no contexto internacional.



Diante desta abordagem, busca-se entender quais são as posições e as ações dos chefes de estados (negociador-chefe), Lula e Dilma, sobre o interesse nacional brasileiro frente a questão energética no cenário internacional, como ações à favor da cooperação sino-brasileira em torno do setor petrolífero.

Para tanto, o artigo está dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a evolução do setor energético na Política Externa Brasileira. A segunda apresenta as oportunidades e os desafios, tanto para o Brasil quanto para a China, que ocorrem e podem ocorrer dentro da relação bilateral no setor energético.

## **2. Evolução do setor energético na Política Externa Brasileira de Lula e Dilma (2003-2014)**

A política externa do governo Lula tinha como um dos objetivos principais o fortalecimento de relações políticas e econômicas já estabelecidas, assim como o estabelecimento de “parcerias estratégicas” com atores, até então, considerados secundários por parte das autoridades brasileira. Assim, a gestão Lula buscou o estreitamento dessas ligações com países em desenvolvimento, por meio da chamada Cooperação Sul-Sul (LESSA, 2010).

As chamadas parcerias estratégicas, laços de intercâmbio de fatores com potencial de influir sobre a formação nacional de longo curso do país em desenvolvimento, são perspectivas como bens preciosos da ação externa: parcerias tradicionais, com Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Japão, Inglaterra, Argentina e outras, com novas, com China, Espanha, Portugal e outras (CERVO; LESSA, 2014, p. 142).

Em sua primeira gestão (2003-2006), Lula inicialmente seguiu as principais diretrizes de estratégia política do governo anterior, como o foco regional, e continuou com o que a literatura denominada “diplomacia presidencial”<sup>2</sup> (DANESE, 1999). Mas foi marcada por algumas mudanças: a) contribuiu para a busca de maior equilíbrio internacional; b) aumentou a densidade das relações bilaterais, as denominadas “parcerias estratégicas” e o

---

<sup>2</sup> A firma que diplomacia presidencial é “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex-officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo.” (DANESE, 1999 p. 51).

peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; c) adensou relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades do maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural; d) evitou acordos que pudessem comprometer em longo prazo o desenvolvimento do país (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

Apesar das semelhanças, a diferença entre os governos FHC e Lula está na ideia de ajustes e mudanças de programa. Lula, em seus dois mandatos, deu ênfase à política externa (ajustes) e à busca de inserção internacional do Brasil (mudanças de programa) (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

O governo Dilma tem dado seguimento, mesmo sem a mesma intensidade, à política externa do governo anterior, na procura de maior autonomia brasileira e na "diversificação de parcerias". Portanto, a política externa desse período ficou conhecida como "autonomia pela diversificação" (VIGEVANI & CINTRA, 2003). A Presidente manteve também a Cooperação Sul-Sul e as relações regionais. De acordo com essa cooperação, a parceria entre Brasil-China revela três eixos em curso: político, empresarial e científico-tecnológico (CERVO; LESSA, 2014).

Dos principais objetivos dessa estratégia de cooperação internacional é a busca pela diversificação de parcerias e troca de experiências na exploração e produção energética sino-brasileira.

Contribuiu para essa política, a ascensão e rápido desenvolvimento econômico da China que implicaram num aumento significativo nas demandas energéticas domésticas e, conseqüentemente, na dependência de petróleo e derivados que ocupa cerca de 17% da matriz e, atualmente, a importação de petróleo representa 56% da demanda interna. Estes são uns dos motivos que fizeram que a China buscasse medidas alternativas de conservação de energia e promoção de fontes renováveis (PEREIRA JR, 2013).

A China já foi autossuficiente em petróleo, e até exportava a produção excedente. Em 1993, a situação se inverteu, e as importações passaram a superar as exportações. Doze anos depois, em 2005, o país se tornou o segundo maior consumidor mundial de petróleo, e, de acordo com as previsões da AIE, deverá ser responsável por 47% do aumento de consumo até 2030. Essa agência estima, também, que o consumo de petróleo no país crescerá 3,4% ao ano no período que se estende até 2030, uma

taxa extraordinária, equivalente ao dobro do índice mundial (FUSER, 2013, p. 56).

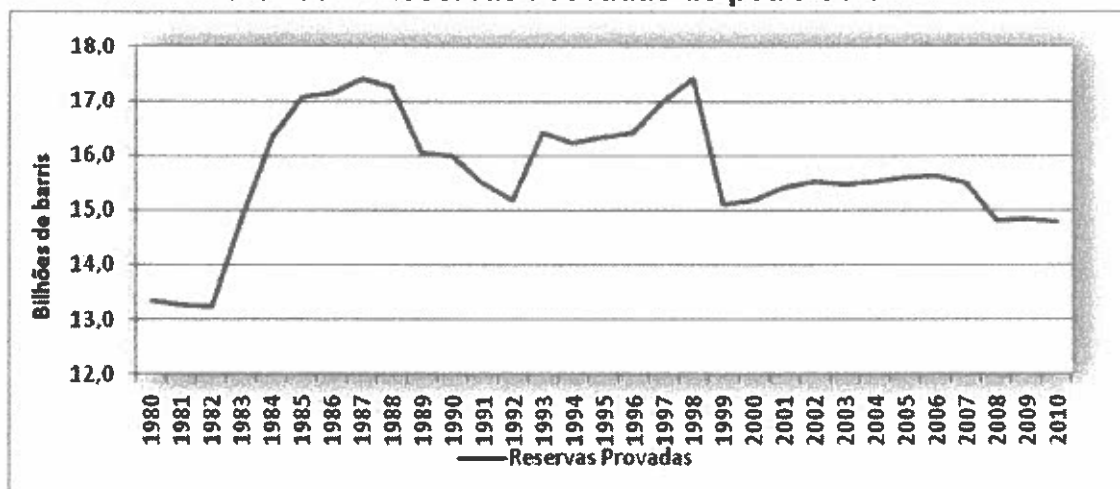
Brasil e China firmaram alguns protocolos de cooperação na área energética desde 1985, quando as partes concordaram em fortalecer a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, como o aumento da compra do petróleo por parte do Brasil, que perduram até os dias de hoje.

Em 1988, o presidente José Sarney visitou a China para o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Elétrica que previa, por exemplo, assessoramento sobre pesquisa e estudos na administração, construção, operação, gerenciamento e instalação de energia hidrelétrica (RAMOS, 2006).

No final da década de 90, o governo pôs de lado todas as propostas de segurança energética. Mas a situação mudou à medida que o consumo de petróleo aumentou e os preços começaram a subir (YERGIN, 2014).

Em 1994 as partes acordaram em fomentar a cooperação na indústria química e petroquímica. A partir de 2001, as reservas de petróleo na China apresentam tendência declinante em comparação aos anos 90.

**Gráfico 1. Reservas Provadas de petróleo chinês<sup>3</sup>**

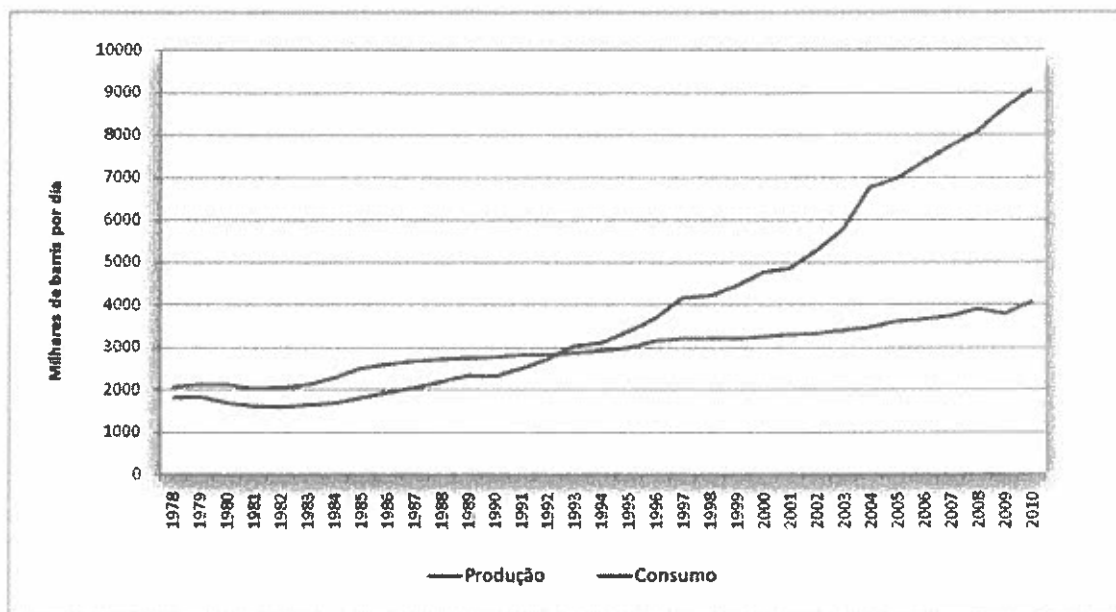


Fonte: SILVA, 2011.

Nota-se no gráfico 2 que a partir de 1992 o consumo interno chinês de petróleo já ultrapassava sua capacidade de produção.

<sup>3</sup> A autora não encontrou dados mais recentes.

**Gráfico 2. Consumo e produção de petróleo na China, 1978-2010.**



Fonte: SILVA, 2011.

Em 2003, com aprovação do presidente Lula, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ampliou as competências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP), criada em 1998. Coloca sobre a agência a responsabilidade de expandir a produção e manter a autossuficiência do petróleo brasileiro, além de intensificar as atividades exploratórias (MME, 2003).

Em 2004, o presidente Lula visitou a China para negociar os termos da parceria estratégica. A partir de então, o Brasil ampliou a participação chinesa por produtos primários. No que tange as relações sino-brasileiras, é inegável que a China ganhou importância na política brasileira, denominada, segundo Oliveira (2010), parceria de uma “nova aliança não escrita”.

A China adotou, em meados da primeira década do século XXI, as energias renováveis que acabou levando o país à liderança como mercado, fabricantes e concorrente. Em 2005, surgiu a Lei de Energias Renováveis chinesa como alternativa às crescentes importações de petróleo. Esta lei determinava que as energias renováveis correspondessem a 15% do total de energia até 2020 (YERGIN, 2014).

No mesmo ano, no Brasil, foi criado o Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com objetivo de ajudar no planejamento dos investimentos e geração de energia até 2030. As mudanças previstas são em relação à redução de lenha e carvão vegetal (13% para 5,55%) e de petróleo e derivados (de 38,7% para 28%), aumentando para 60% a participação de energias renováveis e gás natural e 3% de energia nuclear (BRASIL, 2007).

**Tabela 1. Participação do Brasil nas Fontes Mundiais de Energia**

| Fonte de energia             | Brasil | Mundo |
|------------------------------|--------|-------|
| <b>Energia não renovável</b> | 54     | 87    |
| Petróleo                     | 37     | 36    |
| Gás Natural                  | 9      | 21    |
| Carvão Mineral               | 6      | 23    |
| Urânio e derivados           | 2      | 7     |
| <b>Energia Renovável</b>     | 46     | 13    |
| Hidrelétrica                 | 15     | -     |
| Lenha e Carvão Vegetal       | 12     | -     |
| Derivados de cana-de-açúcar  | 16     | -     |
| Outros                       | 3      | -     |
| <b>Total</b>                 | 100    | 100   |

Fonte: López (2009, p. 18), com base em IICA (2007).

No mesmo ano o Brasil consumiu cerca de 239 milhões de tep (toneladas equivalente ao petróleo), sendo que 46,4% desse total vieram de fontes renováveis. Mas o petróleo continua ser o principal produto energético na Oferta Interna de Energia (OIE), termo intercambiável com o conceito de matriz energética, sendo responsável por 36,7% de energia consumida no país (PIMENTEL, 2011). Ainda em 2005, a China tomou a posição de segundo maior consumidor petrolífero do mundo (FUSER, 2013).

**Tabela 2. Consumo de petróleo bruto na China equivalente a mil toneladas<sup>4</sup>**

<sup>4</sup> A autora não encontrou dados mais recentes.

|            | 2003   | 2004   | 2005   | 2006   | 2007   | 2008   | 2009   | 2010   | 2011   | 2012   |
|------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Produção   | 169600 | 175873 | 181353 | 184766 | 186318 | 190440 | 189490 | 203014 | 202876 | 207478 |
| Importação | 91020  | 122720 | 126817 | 145175 | 163160 | 178885 | 203653 | 237682 | 253779 | 271027 |

Fonte: IEA, 2012. Elaborado pela autora.

Em 2006, o Governo Federal, com o objetivo de promover a continuidade às atividades de pesquisa e desenvolvimento das bacias sedimentares, possibilita a fixação de empresas nacionais e estrangeiras no país, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda (MME, 2006).

Ainda neste ano, foi assinado um memorando entre Brasil e China encorajando cooperação na área petrolífera entre os países. E a China foi responsável por 78% do crescimento do consumo mundial de petróleo (BF STATISTICAL, 2007). Em 2007, o CNPE anuncia a descoberta das áreas de Pré-Sal5:

[...] a PETROBRAS, isoladamente ou em parcerias, perfurou quinze poços e testou oito deles numa área denominada Pré-Sal, entre 5 mil e 7 mil metros de profundidade. A análise e interpretação dos dados obtidos nesses poços, integrada a um trabalho de mapeamento com base em dados geofísicos e geológicos, permitiu à PETROBRAS situar essa área entre os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, nas bacias do Espírito Santo, de Campos e de Santos (MME, 2007, p. 1).

A descoberta de uma grande reserva do óleo, tornou o país autossuficiente no setor petrolífero, com uma produção média de 1,9 milhões de barris por dia, somando o óleo da plataforma P-34 e P-50 (PETROBRÁS, 2015).

Em 2008, com os objetivos de diversificar seus fornecedores de energia, a China ampliou suas compras do Brasil e se tornou o segundo destino das

---

50 termo pré-sal refere-se a um conjunto de rochas localizadas nas porções marinhas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Convencionou-se chamar de pré-sal porque forma um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, que em certas áreas da costa atinge espessuras de até 2.000m. O termo pré é utilizado porque, ao longo do tempo, essas rochas foram sendo depositadas antes da camada de sal. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros (PETROBRÁS, 2015).

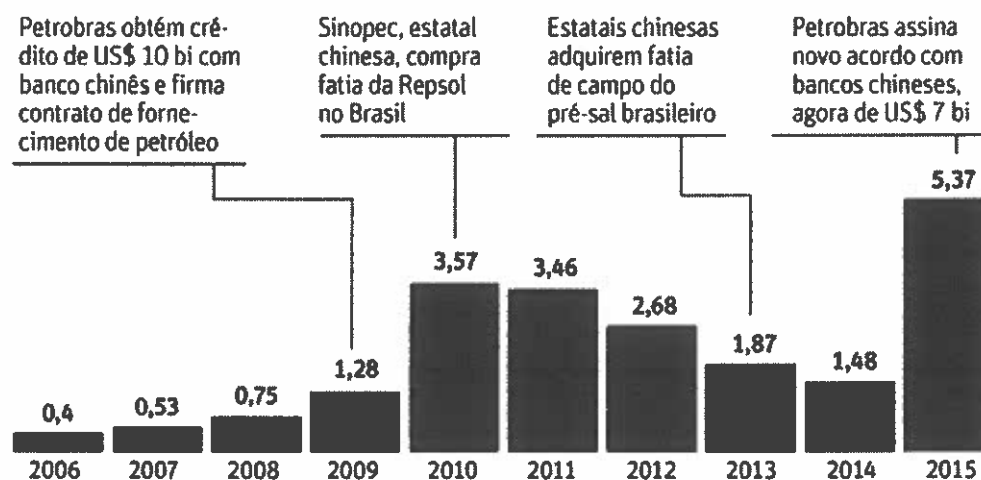
exportações brasileiras de petróleo, com 24,1%. Na frente da China, ficaram apenas os Estados Unidos, que importaram 65,2% dos 574 mil barris por dia de petróleo brasileiro (BRASIL, 2008).

**Gráfico 3. Compra chinesa de Petróleo nos últimos 10 anos**

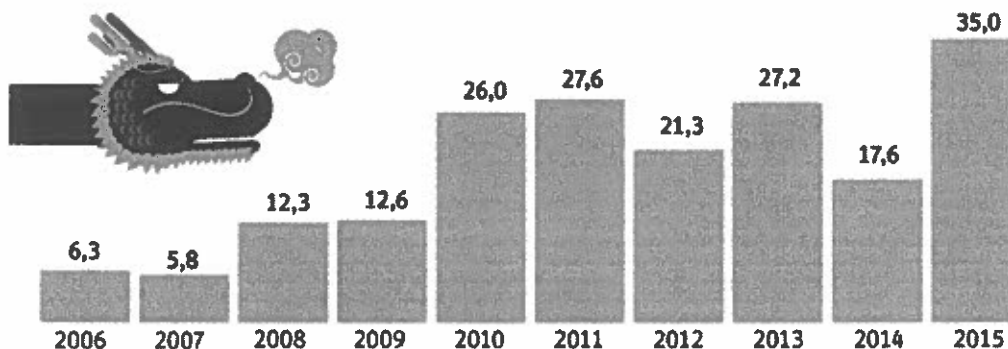
**DRAGÃO TURBINADO**

Compra chinesa de petróleo brasileiro bate recorde

Volume de petróleo exportado pelo Brasil para a China de jan. a mai., em mi de toneladas



Participação da China na exportação brasileira total de petróleo de jan. a mai., em %



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fonte: AGOSTINI; FAGUNDES, 2015.

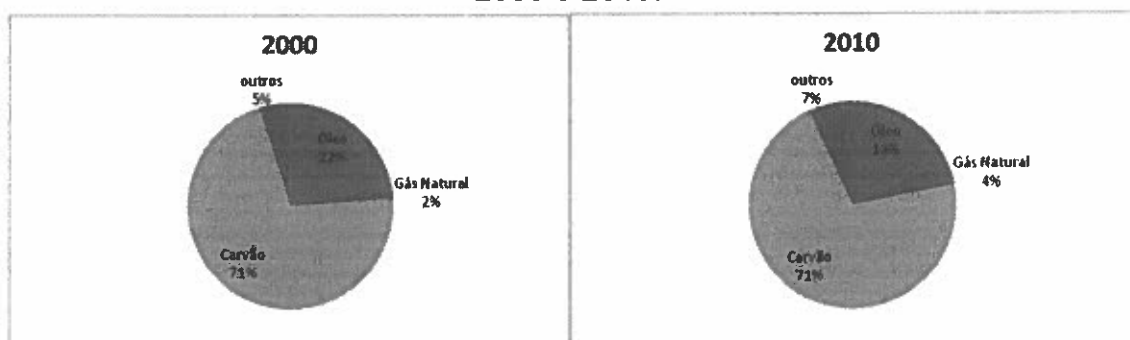
Com a estratégia de fortalecer a Cooperação Sul-Sul, os Chefes de Estados, Lula e Hu Jintao, em 2009, fecham uma parceria entre a Sinopec e a Petrobrás (e também outras estatais como a CNPC, CNOOC e a Sinochem); um desdobramento dos projetos conjuntos de ciência e tecnologia para produção e processamento de petróleo. Fato que mostra o estreitamento dos laços comerciais entre Brasil e China.

No mesmo ano, a China tornou-se o principal parceiro comercial do país, tornando a relação conhecida como “parceria estratégica” e o maior consumidor mundial de energia. O crescente mercado chinês passou a ser um dos principais destinos dos produtos brasileiros, responsável pelo superávit comercial brasileiro e pelo equilíbrio da balança de pagamentos do Brasil (BRASIL, 2013).

No setor do petróleo, ainda em 2009, as importações da China passaram a quantidade de petróleo produzido no país. Naquele ano a China produziu 189.490 mil toneladas de petróleo bruto e importou 203.653 mil toneladas (tabela 2).

Em 2010, no nível II (doméstico), o CNPE dá à Petrobrás a competência de o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, no nível I (internacional) as duas partes concordam sobre um grande potencial de cooperação na área de investimentos bilaterais no setor de energia e mineração.

**Gráfico 4. Consumo das principais fontes de energia na China em 2000 e 2010.**



Fonte: SILVA, 2011.

Em 2011, durante uma visita à China, a presidente Dilma, assinou alguns novos acordos na área de energia, eletricidade, aeronáutica, entre outros (SARAIVA, 2010).

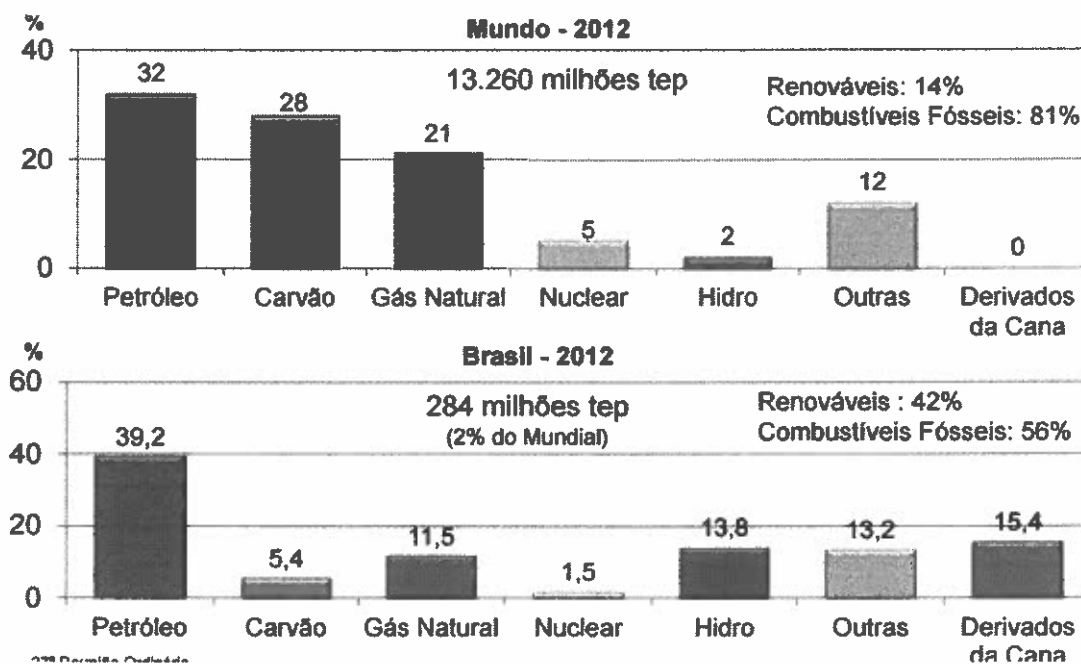
Diante de tais circunstâncias, o Brasil de Rousseff não reage com estratégia adequada para o comércio exterior, não negocia acordos do novo modelo, por isso não penetra o novo regime do comércio internacional, volta-se para o consumo interno com medidas setoriais de incentivo à produção e ao crédito e não para exportações



por meio de incentivos à inovação (CERVO; LESSA, 2014, p. 145).

No setor de fontes renováveis a participação brasileira na OIE é (46,4%) sete vezes maior que a média dos países desenvolvidos. A China busca atingir o percentual de 20% até 2020. Mesmo as principais fontes de energia chinesa ainda serem as não renováveis. Em 2011, o Plano Decenal<sup>6</sup> enfatiza essa política (YERGIN, 2014).

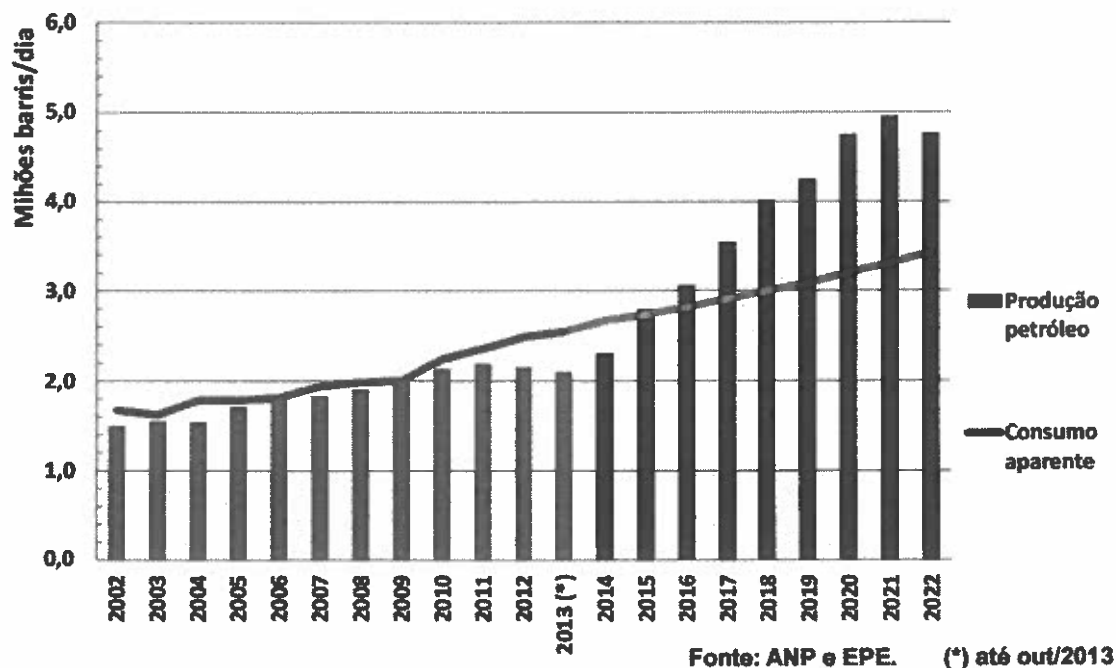
**Gráfico 5 – Matriz de oferta de energia: mundo x Brasil (%) 2012**



Fonte: SPG - Secretaria de Petróleo e Gás Natural do MME, 2012.

**Gráfico 6 – Petróleo Nacional: produção x consumo entre 2002-2022\***

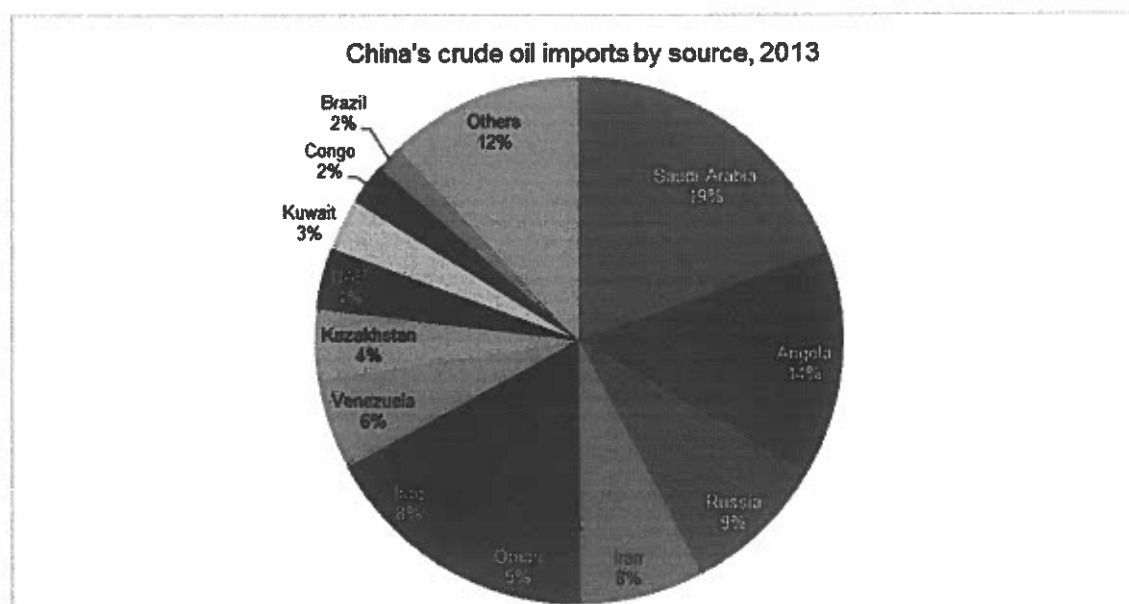
<sup>6</sup> Segundo Pecequillo e Junqueira (2016), o Plano Decenal estabeleceu sua atuação nas áreas de ciência e tecnologia, energia e infraestrutura, investimento, comércio e cooperação cultural, respeitando as características econômicas, estratégias de desenvolvimento e regulamentos de ambos os países, demonstrando respeito à soberania e a política de não intervenção em assuntos internos, princípios da política externa dos dois Estados.



Fonte: SPG - Secretaria de Petróleo e Gás Natural do MME, 2012.

Em 2012, na China, a produção aumentou em média 2,2% ao ano para atender o consumo interno em dez anos, mas não foi o suficiente para atender nem a metade de sua demanda interna. Cerca de 60% da demanda interna de energia foi obtida através de importações, principalmente do Oriente Médio. Do Brasil, a China importou 45,5 milhões de barris, o que cobriu apenas 2% das importações chinesas, o mesmo percentual foi registrado em 2013 (ANP 2013). Neste ano, o CNPE anuncia novas áreas de bacias sedimentares para exploração e produção do Pré-Sal.

**Gráfico 7 – Importação de óleo bruto da China, 2013.**



Fonte: BECARD; MACEDO, 2014

Em 2013, no doméstico brasileiro, são estabelecidas políticas e medidas específicas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País. Em 2014, o CNPE aprova a contratação direta da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal em novas províncias (MME, 2015).

Entre 2012 e 2014 tanto o Brasil, quanto a China tinham suas economias e políticas estáveis, com grandes ganhos positivos também na relação bilateral, como foi visto nessa primeira parte. Porém, a partir do final de 2014 o cenário mudou, ocorreu uma queda de 8% na Bolsa de Xangai gerando dúvidas sobre a economia chinesa, e no Brasil houve a retração do PIB e uma grande instabilidade política após a reeleição da presidente Dilma, transformando-o em um clima negativo e instável (PECEQUILO; JUNQUEIRA, 2016).

A China vê os acontecimentos de instabilidade política e econômica recentes no Brasil, como o caso da Petrobrás e a operação Lava Jato que causou cancelamentos de vários contratos e levou a empresa à crise financeira, como uma oportunidade maior de investimentos. Diante das

dificuldades em obter recursos, que a Petrobrás tem passado, a China fez um empréstimo de US\$ 3,5 bilhões à empresa brasileira (BAZZO, 2015).

Diante dessas problemáticas é possível fazer uma análise das oportunidades e dos desafios que têm surgido tanto para o Brasil quanto para a China no setor energético, como também a convergência e divergência de interesses entre ambos em relação à parceria estratégica.

### **3. Oportunidades e desafios da parceria estratégica no setor energético**

A questão em torno da segurança energética chama a atenção quanto à eficiência energética, assim como sobre a produção, distribuição, armazenamento, enfim, toda a cadeia que envolve o setor energético. Neste sentido, segurança energética é a:

[...] capacidade de preservar os meios de fornecimento de energia e de proteger toda a cadeia de suprimento de energia e de infra-estrutura energética, a partir de um conjunto de medidas preventivas, regulatórias e afirmativas, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades de sobrevivência dos atores e as expectativas de ordenamento do sistema (GALVÃO, 2008, p. 20).

Para resolver o problema de segurança energética, que é de fato problema de ação coletiva, os agentes estatais decidem adotar a cooperação como estratégia. Com o objetivo de promover o ajuste de políticas, os atores formam instituições internacionais. Segundo a abordagem institucionalista, as instituições resultam em cooperação ao dar certa margem de segurança e previsibilidade, ao facilitarem o acesso à informação compartilhada e ao constrangerem o comportamento dos atores (MELLO, 1997).

A aplicabilidade da teoria Neo-institucionalista e a teoria de “jogos de dois níveis” se realiza neste artigo através da apresentação das ações políticas dos governos Lula e Dilma (nível II) em função da cooperação sino-brasileira (nível I) no setor energético.

A vulnerabilidade energética é uma das grandes preocupações dos países industrializados. Para China, essa é uma preocupação ainda maior

devido à elevada demanda interna de recursos energéticos. O Brasil se encontra em situação quase ideal de segurança energética, com autossuficiência em petróleo, gás natural e produção de energia elétrica, que pode ser usada para promover a integração energética da região com intenção de reduzir os riscos geopolíticos pela diversificação das parcerias (CNI, 2007).

No contexto Chinês, a Cooperação Sul-Sul se apresenta como uma estratégia para garantir matéria-prima necessária ao desenvolvimento, ou seja, para assegurar sua segurança energética e, por conseguinte, sua segurança estatal, “uma vez que a sustentação do regime chinês se dá, em grande medida, graças ao intenso crescimento econômico gestado nas últimas décadas” (OLIVEIRA e SOUZA E ANDRADE, 2012, p. 5).

Em relação ao futuro energético brasileiro há uma estabilidade econômica diante do vasto potencial energético oriundo do Pré-Sal e de fontes renováveis do Brasil, bem como atração de investimentos e forte competitividade internacional.

De acordo com a nova Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última década, a indústria extrativista dobrou a participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB). O peso do setor dentro do cenário industrial nacional saltou de 5% em 2000 para 11,2% em 2010. Entre as explicações para o salto está a descoberta do pré-sal, em 2006, que aumentou a importância da produção de petróleo na economia brasileira (PETROBRÁS, 2014, p.1).

O governo brasileiro tem incentivado empresas nacionais ligadas principalmente a expandirem seus negócios no exterior para atuarem em empreendimentos no setor de energia com objetivo de criar circunstâncias que impliquem em resultados positivos para o desenvolvimento econômico interno (PAIVA, 2014).

A exploração das jazidas de Pré-Sal pode, e provavelmente poderá capacitar o desenvolvimento tecnológico do país e incorporará estratégias para o desenvolvimento que envolve a cadeia produtiva do petróleo e setores dessa fonte de energia, como a petroquímica, refino, construção naval, serviços de engenharia e logística. Além de gerar superávits energéticos.

Algumas ações sobre isto já estão em andamento, como a reestruturação do Ministério das Relações Exteriores que criou o Departamento de Energia (DE) e a criação da Subsecretaria de Energia e Alta Tecnologia (SGEAT). Mas ainda falta aprofundar em algumas áreas estratégicas de diplomacia energética, como a integração regional, proliferação nuclear, cooperação científica e política de segurança. Para isso ter sucesso é necessário o fortalecimento entre os diálogos dos formuladores da política externa brasileira e os setores estatais e privados de energia. Juntos devem estudar as possibilidades, desafios, estratégias e comercialização de energia.

O desenvolvimento dos recursos do Pré-Sal, bem como a expansão e padronização internacional do comércio de etanol muito provavelmente levarão o Brasil à condição de global player no mercado mundial de energia, na exclusiva categoria dos países exportadores (PIMENTEL, 2011).

Em 2030, é previsto que a China necessite de 15 milhões de barris diários, desses, apenas 4 milhões serão de produção interna. Diante desse desafio a China tem traçado algumas estratégias, como a diversificação de fornecedores de energia, enviar suas estatais petrolíferas mundo afora a fim de obter medidas de controle sobre reservas de hidrocarbonetos (PIMENTEL, 2011).

Durante o governo Lula são traçadas algumas metas para aproveitar as oportunidades surgidas na relação sino-brasileira, como: aumentar o conteúdo tecnológico das exportações ao mercado chinês com produtos de maior valor agregado do que os já tradicionalmente exportados; equilibrar de modo quantitativo e qualitativo a balança comercial sino-brasileira, por meio do aumento da exportação de produtos industrializados brasileiros; incrementar as exportações brasileiras de produtos intensivos no uso de recursos naturais, atendendo ao crescimento da demanda por produtos que a China tem dificuldade em garantir autossuficiência e aproveitando a sazonalidade da produção, neste caso inclui-se a questão energética; aumentar a participação brasileira em missões, feiras e projetos específicos com a China, de modo a permitir o incremento de ações coordenadas entre parceiros de ambos os países. Foram igualmente contempladas pela Agenda iniciativas de atração de investimentos chineses para o Brasil, inclusive nas áreas de infraestrutura e logística (BARRAL, 2008).

Segundo Oliveira (2004, p. 19), o Brasil é “o maior país em desenvolvimento no cenário latino-americano” e a China é “o maior país em desenvolvimento no mundo”. Ambos “estão empenhados em conseguir desenvolvimento econômico e em melhorar as condições de vida de suas populações”. Portanto, para esse autor, a cooperação tem um significado muito relevante para os dois países, que não apresentam “choques de interesses fundamentais”, ao contrário, complementam-se.

Alguns desafios como crescimento das classes urbanas, a baixa quantidade de terras agricultáveis e a privada oferta de recursos energéticos vêm limitando a China a levar adiante seu desenvolvimento os quais estão conectados à necessidade de cobrir a oferta de matérias-primas e energia (RIBEIRO, 2010).

Um dos principais desafios brasileiros neste setor energético é em relação a exploração tecnológica e científica, bem como o de manter na liderança regional e mundial já conquistada neste setor.

O Brasil tem investido na sua relação com a China já que a parceria tem gerado muitos benefícios e grandes investimentos. Mas está sofrendo certo isolamento comercial e diminuindo sua capacidade de alavancar a ascensão chinesa em benefício próprio (SPEKTOR, 2015). Esta aproximação tem gerado preocupação também por parte chinesa à medida que a dependência externa do suprimento energético tem aumentado consideravelmente.

O Brasil ainda sofre com alguns desafios oriundos do processo de exploração do Pré-Sal, como a falta de tecnologia capaz de evitar grandes desastres nas reservas. Um vazamento na área resultaria na poluição dos mares, o que poderia comprometer a função de regulação climática dos oceanos, que é desempenhada apenas se os mesmos se mantiverem limpos (GREENPEACE, 2010).

Outros desafios, não menos importantes, são a manutenção e aumento da participação de energias renováveis na Oferta Interna de Energia e a problemática do processo de desindustrialização nacional, resultado da especialização do país em produção e exportação de produtos primários. O debate questiona a queda da participação do setor industrial no PIB nacional, apontando-o como um desafio para economia brasileira.

A indústria nacional sofre perdas consideráveis no mercado interno por causa do elevado número de aquisições de produtos chineses. Segunda a pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma em cada quatro empresas brasileiras já concorre com mercadoria chinesa (SPINELLI, 2013). Mesmo que ainda o saldo da balança comercial apresenta resultado positivo – esse processo é conhecido como reprimarização, ou seja, o Brasil como país primário exportador.

A Operação Lava Jato, a investigação de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país, é o mais recente desafio nacional. Em 19 de junho deste ano, as prisões atingiram a Odebrecht e a Andrade Gutierrez. As empresas sob investigação estão impedidas de obter novos contratos da Petrobras, e várias enfrentam dificuldades financeiras porque perderam acesso a crédito após a Operação Lava Jato (PEREIRA, 2015).

Apesar dos interesses mútuos, Brasil e China tiveram e ainda tem que enfrentar dois grandes obstáculos para manter a relação bilateral: a distância geográfica e a diferença cultural, principalmente da língua (RAMOS, 2006).

Visto isso, percebe-se que a relação sino-brasileira tem passado por momentos de altos e baixos. Assim como surgem grandes oportunidades, surgem também grandes desafios.

#### **4. Considerações finais**

O petróleo se tornou no século XX o principal insumo energético e ganhou maior importância no século XXI. O óleo entrou no cenário internacional como base econômica e estratégica. Econômica, pois, é a matéria-prima mais importante para o setor e para todo tipo de serviço. Estratégica, pois, é um recurso raro, escasso e importante para manter qualquer Estado em nível de segurança (PIMENTEL, 2011).

De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA 2012), as relações Brasil-China no domínio da energia se intensificaram na última década devido ao aumento da capacidade de inovação e geração de fluxos de investimento entre os dois países.

Assim como para qualquer país, a segurança energética, para a China, é um fator fundamental para o desenvolvimento do país. Tornou-se necessidade



chinesa, a partir de então, obter acesso, cooperar e aprimorar tecnologicamente o setor energético de petróleo e gás para garantir seu abastecimento interno.

Os fatos ocorridos no setor energético brasileiro, a descoberta do Pré-Sal e os desenvolvimentos tecnológicos no setor, na última década têm proporcionado grandes oportunidades para a diplomacia brasileira, como a cooperação bilateral e multilateral sobre acordos de desenvolvimento e refinamento das fontes energéticas.

No setor social as oportunidades são visíveis no aumento de emprego, como também maiores níveis de produtividade de fornecedores. A partir de 2007, as empresas que se tornaram fornecedoras da Petrobrás registram um crescimento mais de 8% em relação ao salário médio dos trabalhadores. O número de fornecedores que era de 1,8 mil em 1990 passa para 3,4 mil firmas em 2007, sendo que cada firma possui em média 535 pessoas ocupadas. As empresas fornecedoras também impactam no superávit comercial, são responsáveis por 30,4% das exportações e 25,3% das importações brasileiras no setor de bens e serviços (PETROBRÁS, 2010).

Segundo o diretor do escritório para pesquisa do Brasil da Academia Chinesa de Ciências Sociais, ZhouZhiwei, "se os dois países forem bem sucedidos em estabelecer uma boa ligação entre a demanda e a oferta, o investimento chinês irá suprimir a falta de dinheiro no desenvolvimento econômico brasileiro" (CRI, 2015).

Percebe-se, portanto, que a China tem interesse em assegurar segurança energética, alargar sua lista de parceiros comerciais e expandir seu prestígio no cenário internacional. E o interesse brasileiro é expandir seu mercado em diferentes regiões e maximizar seu poder de barganha em fóruns internacionais.

Os setores que mais se tem beneficiado com os investimentos chineses no Brasil são os setores de infraestrutura e transporte, tais como a modernização de portos, rodovias, gasodutos e canais e manutenção de rotas de transporte de petróleo e matérias primas.

## **Referências Bibliográficas**

AGOSTINI, Renata; FAGUNDES, Álvaro. 2015. Exportações de Petróleo para China sobem 260% neste ano. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1639589-neo-exportacoes-de-petroleo-para-a-china-sobem-260.shtml>> Acessado: 26/07/2015.

ANEEL. 2008. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3ª edição. Brasília: ANEEL.

ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. 2013. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2013. [<http://www.anp.gov.br/?pg=66833>] Disponibilidade:: 18/09/2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2008. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior**. Revista Espaço Acadêmico, nº. 91, Dez.

BARRAL, W. 2008. **Agenda China: síntese de trabalho**. BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Agenda China: ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais SinoBrasileiras. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

BAZZO, Gabriela. 2015. **Brasil e China assinarão acordos de investimento de US\$ 53 bilhões; entenda por que investir tanto dinheiro aqui pode ser um negócio da China**. Brasil Post. Disponível em: <[http://www.brasilpost.com.br/2015/05/19/investimentos-brasil-chin\\_n\\_7313988.html](http://www.brasilpost.com.br/2015/05/19/investimentos-brasil-chin_n_7313988.html)>. Acessado: 02/06/2015

BP **Statistical Review of World Energy**. 2007. Disponível em: [http://www.bp.com/content/dam/bp-country/en\\_ru/documents/publications\\_PDF\\_eng/Statistical\\_review\\_2007.pdf](http://www.bp.com/content/dam/bp-country/en_ru/documents/publications_PDF_eng/Statistical_review_2007.pdf). Acessado: 07/03/2015.

BECARD, Danielly Silva Ramos and MACEDO, Bruno Vieira de. 2014. **Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors**. Rev. bras. polít. int. [online], vol.57, n.1 [cited 2014-08-31], pp. 143-161. Disponível em: <[http://www.scielo.br/article\\_plus.php?pid=S0034-73292014000100143&tIng=en&lng=en&gt;](http://www.scielo.br/article_plus.php?pid=S0034-73292014000100143&tIng=en&lng=en&gt;)>. Acessado: 19/09/2015

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. 2008. **Agenda China: ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). 2014. **Divisão de Atos Internacionais**. Brasília (DF).

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. 2007. **Plano Nacional de Energia 2030** / Ministério de Minas e Energia ; colaboração Empresa de Pesquisa

Energética . \_ Brasília : MME : EPE. 12 v. Disponível em: [http://www.epe.gov.br/PNE/20080512\\_4.pdf](http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_4.pdf). Acessado: 31/03/2015

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. 2012. **Balança Comercial Brasileira – Dados Consolidados**. Brasília (DF). Publicado em: [[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1365787109.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365787109.pdf)]. Disponível em: 13/10/2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). 2013. **Balança Comercial Brasileira – Dados Consolidados**. Asa Norte, Brasília (DF). Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. 2014. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), v. 57 (2): p. 133-151.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. 2007. **Matriz Energética: cenários, oportunidades e desafios** CNI, Brasília. Disponível em: <[http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_24/2012/09/06/306/20121130193425844634e.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/09/06/306/20121130193425844634e.pdf)>. Acessado: 16/08/2015.

CORNETET, João Marcelo Conte. 2014. **A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção da continuidade**. Revista Conjuntura Austral, Vol. 5, nº. 24: p. 111-150, Jun. Jul.

CRI, China Radio Internacional. 2015. **Visita de Li Keqiang ao Brasil vai trazer novos pontos de crescimento para comércio sino-brasileiro, diz especialista da Academia Chinesa de Ciências Sociais**. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/1721/2015/05/18/1s200047.htm>>. Acessado: 30/06/2015.

DANESE, Sérgio França. 1999. **Diplomacia Presidencial**. Rio de Janeiro. Topbooks, p. 51-70.

FUSER, Igor. 2013. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo. Saraiva.

GALVÃO, Thiago G. 2008. **A indivisibilidade da segurança internacional: desenvolvimento mudanças climáticas no espaço amazônico**. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Edições de Meridiano 47. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/1235>. Acessado: 20/01/2016

GREENPEACE. 2010. **Revolução Energética: a caminho de um desenvolvimento limpo**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2010/11/revolucaoenergeticadesrevol.PDF>>. Acessado: 02/08/2015.

IEA, International Energy Agency. 2012. **Statistics People's Republic of China**. Disponível em: <http://www.iea.org/statistics/statisticssearch/report/?country=China&product=Balances&year=2005>. Acessado: 24/09/2015

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. 2008. **Caderno de Estatísticas do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: [http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/agronegocio/cadernoestatisticas\\_03-2009.pdf](http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/agronegocio/cadernoestatisticas_03-2009.pdf). Acessado: 25/04/2015

JABBOUR, E. M. K. 2004. **Infraestruturas em energia e transportes e crescimento econômico na China: O enfrentamento à crise financeira asiática a partir da expansão de sua demanda interna e a formação de uma economia continental**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP).

LEITE, Alexandre César Cunha; LIRA, Ellene Martins de. 2011. **A Corrida Chinesa em Busca de Energia: a Evolução da Política Energética Chinesa em Direção à África, América do Sul e Brasil**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 2 (1).

LEITE, Patrícia Soares. 2011. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

LESSA, Antônio Carlos. 2010. **Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010)**. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), v. 53, p. 115-131.

LOHBAUER, Christian. 2003. **A China e a Dimensão Energética da Ásia**. Revista Política Externa. São Paulo, Paz e Terra, vol. 11, nº 4, março-maio, p.49-58.

LUZ, A. J. da. 2011. **A China e a questão energética no Brasil (1990-2010)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPR.

MELLO, Flavia de Campos. 1997. **Teoria dos jogos e relações internacionais: um balanço dos debates**. BIB, Rio de Janeiro, nº 44, p. 105-119.

MENDES, D. F. 2004. **A crise energética da China. Conjuntura Internacional**. Análise Economia e Comércio / Segurança. Cenários: PUC Minas, 21 de outubro.

MME, Ministério de Minas e Energia. 2003. **Conselho Nacional de Política Energética - CNPE**. Disponível em:



<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139143/Resolucao08.pdf/7928ddb5-f763-4159-8891-148b4166a0be>. Acessado: 21/02/2015.

MME, Ministério de Minas e Energia. 2004. **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.** Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139145/Resolucao01.pdf/fe3dbb77-16cc-4ba6-b4de-37d1e0e3a93e>. Acessado: 21/02/2016.

MME, Ministério de Minas e Energia. 2006. **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.** Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139149/Resolucao05.pdf/d7d30176-626d-49bc-b6fc-e6aeb6d12c2b>. Acessado: 21/02/2016.

MME, Ministério de Minas e Energia. 2007. **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.** Disponível em: [http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139151/RES\\_6\\_2007\\_CNPE.pdf/27a2b403-7515-4862-9e5f-50d6434c14a5](http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139151/RES_6_2007_CNPE.pdf/27a2b403-7515-4862-9e5f-50d6434c14a5). Acessado: 21/02/2016.

MME, Ministério de Minas e Energia. 2015. **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.** Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/conselhos-e-comites/cnpe>. Acessado: 21/02/2016.

NOGUERIA, Danielle. 2013. **Estatais Chinesas avançam sobre o pré-sal brasileiro e já são sócias de 12 blocos no setor de petróleo.** Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/estatais-chinesas-avancam-sobre-pre-sal-brasileiro-ja-sao-socias-de-12-blocos-no-setor-de-petroleo-10558803>. Acessado: 14/09/2014.

NUNES, Carlos. 2011. A Emergência da China enquanto grande actor nos mercados petrolíferos. Departamento de Prospectiva e Planejamento e Relações Internacionais – DPP.

OLIVEIRA, H. A. de. 2010. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, 53 (2): 88-106.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. 2004. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online], 47(1): 7-30.

OLIVEIRA, Henrique; SOUZA E ANDRADE Maria Eduarda. 2012. **Dinâmicas da cooperação sul-sul sino africana: o caso de Angola.** Programa de iniciação científica da UEPB.

ONS, Operador Nacional do Sistema Elétrico. 2014. **O Setor Elétrico.** Disponível em: [http://www.ons.org.br/institucional/modelo\\_setorial.aspx](http://www.ons.org.br/institucional/modelo_setorial.aspx). Acessado: 21/02/2015.

PAIVA, Iure. 2014. **A segurança energética brasileira em análise: dimensões militares, econômicas e ambientais.** Disponível em: <[http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/29\\_6\\_2012\\_11\\_16\\_23.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/29_6_2012_11_16_23.pdf)>. Acessado: 16/08/2015

PAUTASSO, D. A; OLIVEIRA, L. K. 2008. **Segurança energética da China e as reações dos EUA.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 2, mai/ago.

PAUTASSO, Diego. 2009. **Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China.** Disponível em: <http://mundorama.net/2009/08/28/os-desdobramentos-internacionais-do-desenvolvimento-e-da-demanda-por-petroleo-na-china-por-diego-pautasso/>. Acessado: 21/02/2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. 2012. **O Brasil e os eixos periféricos: agenda e identidade nas relações internacionais.** Cadernos de Estudos Culturais, v. 4, p. 25-38.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; JUNQUEIRA, Emerson. 2016. **Uma visão comparada das relações Brasil-China: O Plano Decenal (2012) e o Plano de Ação Conjunta (2015).** Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2016/02/25/uma-visao-comparada-das-relacoes-brasil-china-o-plano-decenal-2012-e-o-plano-de-acao-conjunta/>. Acessado: 25/02/2016

PEREIRA JR, Amaro Olimpio. 2013. **A ascensão da China e as oportunidades para o Brasil no setor de energia e de transportes.** Revista Boletim de Economia e Política Internacional, 15: 105-123.

PETROBRÁS. 2010. **Poder de compra da Petrobrás: impactos econômicos nos seus fornecedores.** Coordenação: João Alberto De Negri [et al...]. – Brasília: Ipea : Petrobrás.

PETROBRÁS. 2014. **Pré-sal aumenta importância da indústria do petróleo na economia.** Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/pre-sal-aumenta-importancia-da-industria-do-petroleo-na-economia.htm>>. Acessado: 17/08/2015.

PETROBRÁS. 2015. **Nossa história.** Disponível em: <http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/nossa-historia/>. Acessado: 28/02/2015.

PIMENTEL, Fernando. 2011. **O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira.** Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

RACY, J. Carlos; ONUKI, Janaina. 2002. **Globalização: perspectivas teóricas da relações internacionais**. Revista de Economia e Relações Internacionais, v.1, nº 1. Disponível em: [http://www.fAAP.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/rel\\_01/economia\\_relacoes\\_internaciinter.htm](http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/economia_relacoes_internaciinter.htm). Acessado: 21/02/2016

RAMOS, Danielly Silva. 2006. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4964/1/2006\\_DaniellySilvaRamos.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4964/1/2006_DaniellySilvaRamos.pdf). Acessado: 28/06/2015.

RIBEIRO, Valéria Lopes. 2010. **A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico**. Revista Oikos, Rio de Janeiro, 9 (2) Disponível em: <<http://www.revistaOikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/223/138%3E.%20Acesso>> . Acessado: 09/08/2015.

SALAMA, Pierre. 2012. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 7(10): 229-51.

SARAIVA, M. G. 2010. **Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur**. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), 53:151-68.

SILVA, André Luiz Reis da; PERUFFO, Luiza. 2012. **O impacto da crise internacional no comércio do Brasil com os BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul)**. Austral: Revista de Estratégia e Relações Internacionais, v. 1, nº. 2, Jul/Dez, p. 117-210.

SILVA, Maria Santos Sobral. 2011. **A demanda energética na China: um fator fundamental para o seu crescimento**. Rio de Janeiro; UFRJ. Escola Politécnica.

SPEKTOR, Matias. 2015. **Brasil precisa gerir sua dependência da China**. Folha de São Paulo. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2015/05/1632312-brasil-precisa-gerir-sua-dependencia-da-china.shtml#\\_=\\_](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2015/05/1632312-brasil-precisa-gerir-sua-dependencia-da-china.shtml#_=_)> Acessado: 03/06/2015

SPG, Secretaria de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia. 2012. **Política Energética Nacional**. Disponível em: [http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139195/Polxtica\\_Energxtrica\\_Nacional.pdf/153e71d2-c006-4055-9cba-196917a743cc](http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139195/Polxtica_Energxtrica_Nacional.pdf/153e71d2-c006-4055-9cba-196917a743cc). Acessado: 21/02/2016

SPINELLI, Carlos Humberto de Albuquerque. 2013. **O paradoxo nas relações comerciais Brasil-China no período 2000-2010**. Disponível em: <[http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98122/spinelli\\_cha\\_me\\_mar.pdf?seqseqe=1](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98122/spinelli_cha_me_mar.pdf?seqseqe=1)>. Acessado: 17/08/2015.



VIGEVANI, Tullo; Marcelo F. de Oliveira; CINTRA, Rodrigo. 2003. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. Tempo soc. vol.15 nº. 2 São Paulo Nov.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. 2007. A Política Externa de Lula da Silva: estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, 29(2) 273-335.

VILLELA, E. V. M. 2004. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações dos produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico, PUC/SP. Disponível em [www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF](http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF)

WHITE PAPER ON ENERGY. 2007. **Condições da China e as políticas energéticas**. Disponível em [www.china.org.cn/english/environment/236955.htm](http://www.china.org.cn/english/environment/236955.htm)

YERGIN, Daniel. 2014. **A busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. 1 ed., Rio de Janeiro: Intrínseca,.

---

> To: karla\_kananda@hotmail.com  
> Subject: [RMUFGD] Agradecimento pela Submissão  
> Date: Wed, 30 Mar 2016 09:59:27 -0400  
> From: revistamoncoes@ufgd.edu.br  
>  
> Karla Kananda Cordeiro Cruz,  
>  
> Agradecemos a submissão do seu manuscrito  
> "OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA  
> RELAÇÃO BRASIL-CHINA NO SETOR ENERGÉTICO 2003-  
> 2014" para Monções:  
> Revista de Relações Internacionais da UFGD. Através da  
> interface de  
> administração do sistema, utilizado para a submissão, será  
> possível  
> acompanhar o progresso do documento dentro do  
> processo editorial, bastando  
> logar no sistema localizado em:  
>  
> URL do Manuscrito:  
>  
> <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/aut>  
> Login: karlakananda  
>  
> Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email.  
> Agradecemos mais  
> uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir  
> ao público seu  
> trabalho.  
>  
> Equipe Monções  
> Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD  
> MONÇÕES: Revista de Relações Internacionais da UFGD  
> <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>  
< [REDACTED] >



# MONÇÕES

Revista de Relações Internacionais da UFGD

ISSN 2316-8323

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL  
EDIÇÕES ANTERIORES NOTÍCIAS RI UFGD

Capa > Sobre a Revista > **Submissões**

## Submissões

- » [Submissões Online](#)
- » [Diretrizes para Autores](#)
- » [Política de Privacidade](#)

## Submissões Online

Já possui um Login/Senha para a revista Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD?

[ACESSO](#)

Não tem Login/Senha?

[CADASTRO DE USUÁRIOS](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso ou login são obrigatórios para submissão como também para verificar o estágio das submissões.

## Diretrizes para Autores

Os trabalhos devem ser enviados pela plataforma da revista eletrônica disponível no site eletrônico da UFGD (<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>), com as seguintes especificações: editor compatível com Word for Windows, fonte Arial, tamanho 12, espaço 1,5 linhas e margens laterais, superior e inferior de 2,5 cm.

As contribuições para a revista eletrônica *Monções* deverão seguir as seguintes especificações:

1. **Artigos inéditos** em português, espanhol, francês ou inglês entre 15 a 30 páginas, incluindo referências bibliográficas e notas de rodapé, os quais devem obrigatoriamente possuir resumo em português e inglês (podendo oferecer adicionalmente o idioma espanhol ou o francês), com no máximo 200 palavras, e três palavras-chave. O título deverá obrigatoriamente ser traduzido para o inglês pelo autor (podendo oferecer adicionalmente o idioma espanhol ou o francês).
2. **Resenhas bibliográficas** com até 4 páginas, incluindo eventuais referências bibliográficas e notas de rodapé, e sobre obras recentemente publicadas.

Orientações Gerais:

As citações em até três linhas devem estar no corpo do texto entre aspas. A partir de quatro linhas, devem estar em destaque com letra tamanho dez (10) e recuo em

**SISTEMA  
ELETRÔNICO DE  
EDITORÇÃO DE  
REVISTAS**

[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO

Login

Senha

Lembrar usuári

CONTEÚDO DA  
REVISTA

Pesquisa

Todos

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por Título](#)
- [Outras revistas](#)

TAMANHO DE  
FONTE

INFORMAÇÕES

- [Para Leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

quatro centímetros à esquerda, especial (nenhum) e espaçamento entre linhas (simples).

As notas de rodapé devem vir no corpo do texto e não podem consistir em simples referências bibliográficas, com o seguinte formato: sobrenome do autor / espaço / ano de publicação: /espaço / páginas), conforme os exemplos: Fulano (2003: 15-16); Beltrano & Cíciano (1998: 212-214); (Beltrano *et al.* 2001: 25).

As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética de sobrenome e devem constar no final do trabalho, de acordo com o formato que aparece nos exemplos a seguir (pede-se atenção à pontuação, espaços, uso do itálico e de maiúscula):

**Livro (pessoas, coletividade, autoria desconhecida e séries)**

SOBRENOME, Nome. Ano. *Título do livro: subtítulo*. 4ª ed. Apresentação de Fulano de Tal. Tradução de Beltrano Daquilo. Cidade, Editora.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Ano. *Título do livro*. 8ª ed. Tradução de Fulano de Tal. Cidade, Editora. (Série História do Brasil, 5)

BRASIL. Ministério da Educação. Ano. *Título da obra: subtítulo*. 2ª ed. Cidade, Editora, 2v.

TÍTULO da obra. Ano. Cidade, Editora.

LEI FEDERAL Nº 1.000, 1986.

**Coletânea (pessoas)**

SOBRENOME, Nome (org.). Ano. *Título da coletânea*. Prefácio de Fulano de Tal. Tradução de Beltrano Daquilo. 2ª ed. Cidade, Editora, 2v.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome (ed.). Ano. *Título da coletânea*. 3ª reimp. Cidade, Editora.

**Artigo em coletâneas (com um, dois ou mais autores/as e mais de uma editora)**

SOBRENOME, Nome. Ano. "Título do trabalho entre aspas". In: SOBRENOME, Nome. (org.). *Título da coletânea*. Cidade, Editora, pp.63-86.

SOBRENOME, Nome. Ano. "Título e subtítulo do trabalho entre aspas". In: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. (org.). *Cadernos de Resumos do Congresso Tal*. Cidade, Editora, pp.63-86.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Ano. "Título do trabalho entre aspas". In: SOBRENOME, Nome. (org.). *Título da coletânea*. Cidade, Editora; Cidade, Editora, pp.15-42.

SOBRENOME, Nome et al. Ano. "Título do trabalho e subtítulo entre aspas". In: SOBRENOME, Nome. (org.). *Título da coletânea*. 4ª ed. Cidade, Editora, pp.92-117.

**Artigo em periódico (pessoas)**

SOBRENOME, Nome. Ano. "Título do trabalho e subtítulo entre aspas". *Título do Periódico*, Cidade, 15(2):13-23.

SOBRENOME, Nome et al. Ano. "Título do trabalho entre aspas". *Título do Periódico: subtítulo*, Cidade, 9(3):37-54.

**Monografia, dissertação e tese acadêmicas**

SOBRENOME, Nome. Ano. *Título da tese acadêmica: subtítulo*. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília.

SOBRENOME, Nome. Ano. *Título da dissertação acadêmica*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade de São Paulo.

SOBRENOME, Nome. Ano. *Título da monografia acadêmica*. Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Grande Dourados.

**Trabalhos obtidos na Internet**

SOBRENOME, Nome. Ano. *Título do trabalho: subtítulo*. In: <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-antropologia> (acessado em 28 de março de 2011).

**Outros**

Os gráficos, quadros e mapas devem ser encaminhados no corpo do texto e em arquivos em separado, numerados e titulados corretamente, com a devida referência (se reproduzidos de outra fonte) e com indicação do local de sua inserção no texto.

As imagens devem constar em arquivos com resolução de, no mínimo, 300 dpi, de maneira a permitir sua reprodução direta.

As URLs para as referências bibliográficas devem ser devidamente informadas quando necessário.

Com a publicação do trabalho, a autoria será informada de sua publicação na Internet, onde poderá acessá-lo diretamente na revista.

As resenhas devem apresentar a referência completa das obras analisadas, com a necessidade de ser indicado o número de páginas de cada uma. As resenhas não devem receber título, tampouco conter notas ou referências bibliográficas fora do assunto tratado no texto analisado.

O envio de trabalhos originais implica na cessão automática de direitos autorais e de publicação à revista.

O conselho editorial da *Monções* - Revista de Relações Internacionais da UFGD não se compromete a devolver as colaborações recebidas.

Dúvidas, sugestões ou contato:

[revistamoncoes@ufgd.edu.br](mailto:revistamoncoes@ufgd.edu.br)

---

## Itens de Verificação para Submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando necessário.
4. O texto está em espaço 1,5 linhas; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. **O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.**
6. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.

---

## Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

---

Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD - ISSN 2316-8323 - Dourados - MS, Brasil.



Este trabalho está licenciado sob uma [licença Creative Commons Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).



Repositório Institucional - Biblioteca Digital de Monografias

1. Identificação

Autor: Karla Kananda Cordeiro da Guiz  
RG.: 2.205.502 CPF: 036.763.361-27 e-mail: Karla\_Kananda@hotmail.com  
Título: Oportunidades e Desafios da Relação Brasil-China no Setor Energético  
Palavras-chave: Petróleo; Pré-sal; Relação Brasil-China  
Faculdade: Relações (UFGD) Curso: Relações Internacionais  
Data da Apresentação: 07/04/16

INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO

Liberação para publicação:  Total ( ) Parcial\*

Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos: \_\_\_\_\_.

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do arquivo da monografia completa em formato PDF.

\*A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de publicação. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à UFGD. O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal da Grande Dourados os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.
- Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Grande Dourados, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal da Grande Dourados a disponibilizar a obra, gratuitamente, de acordo com a licença pública Creative Commons – Licença 3.0 Unported por mim declarada sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? ( ) Sim  Não

Permitir modificações em sua obra?

( ) Sim

( ) Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença

Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Karla Kananda C. da Guiz  
Assinatura do Autor

07/04/16  
Local e Data